

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos nove dias do mês de junho de 2022, às 14h00min, foi realizada a **70ª Reunião Ordinária**
2 **do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)**, através do aplicativo *Microsoft Teams* e
3 transmitida ao vivo para a população em geral pelo canal do *Youtube*, disponibilizado no site
4 do CMPU (Reuniões 2022), nos termos da Portaria nº 17, complementada pela Portaria nº
5 19/2020/SMDU.G. **Pauta do dia:** 1. Comunicações Gerais; 2. Informes sobre o andamento da
6 revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico – PDE. **1)** O Presidente, Sr. Marcos Duque
7 Gadelho, iniciou a reunião às 14h19min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros;
8 em seguida, informou a posse da representante titular da Secretaria Municipal de Direitos
9 Humanos e Cidadania, Sra. Sonia Francine Gaspar Marmo, nomeada pela Portaria SGM nº
10 163/2022, de 26 de maio de 2022 (D.O.C. 27/05/2022). **2)** Na sequência, a Secretária Executiva
11 do CMPU, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que foi elaborada uma minuta do novo
12 Regimento Interno do CMPU a partir da contribuição dos membros do Grupo de Trabalho (GT)
13 constituído para revisá-lo e que seria enviado para avaliação dos membros antes da próxima
14 reunião, prevista para ocorrer em 21 de junho. **3)** Em relação ao segundo item de pauta, a
15 técnica da SMUL, Sra. Patrícia Saran, informou que havia sido deferida uma liminar para
16 suspender o processo participativo da revisão do PDE, requerida pela Defensoria Pública de
17 São Paulo, por alegar que não estavam sendo atendidos os requisitos de acessibilidade virtual
18 e, em 27 de maio, foi realizada audiência em que foram apresentadas as providências
19 adotadas pela Prefeitura, como adoção de formato acessível, a síntese do diagnóstico da
20 revisão do PDE, a Plataforma do PDE e a Participe+, que obtiveram o selo de 100% acessível, e
21 a plataforma do Monitoramento do PDE que obteve 97%, sendo que o limite para ser
22 considerada acessível é 95%; afirmou que, no mesmo dia, a juíza determinou que a Defensoria
23 realizasse testes para averiguar o cumprimento da acessibilidade das plataformas e que
24 estariam aguardando encaminhamento da Justiça quanto à liberação do processo. **4)** Na
25 sequência, o Conselheiro titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo,
26 solicitou que a Secretária Executiva apresentasse as medidas apresentadas e o número do SEI
27 do processo, e que constasse também no site. Em resposta, a Secretária Executiva afirmou que
28 não conseguiria responder se poderia disponibilizar todas as informações solicitadas por
29 desconhecer o nível de sigilo do processo, além de não haver Procuradora na reunião para
30 auxiliá-la, mas afirmou que informaria a comissão após obter uma resposta. **5)** Em seguida, a
31 Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal (CPM) Macrorregião Leste 1, Sra.
32 Elodia Fátima Filipini, relatou sobre sua experiência ao observar o chamado da Prefeitura
33 sobre a revisão do PDE e a plataforma Participe+ no ponto de ônibus próximo ao Shopping
34 Anália Franco; considerou que o formato da divulgação seria insuficiente para que o cidadão,
35 com sua rotina e suas preocupações, se atentasse a respeito da verdadeira importância sobre
36 o processo, e considerou que a Prefeitura, com os recursos que possui, seria capaz de melhor
37 informar a população. **6)** Na sequência, a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do

38 Brasil - Departamento São (IAB-SP), Simone Ferreira Gatti, elogiou a presença de intérprete de
39 libras nas reuniões e indagou qual seria o novo cronograma da revisão com a paralisação do
40 processo e quando seriam retomados os eventos; afirmou saber que é impossível cumprir com
41 o prazo estabelecido pela Câmara Municipal, pois não ocorreram os eventos que não
42 sucederam no calendário previamente estipulado; e indagou sobre o posicionamento da
43 gestão e se já houve um diálogo com a Câmara Municipal. **7)** Em seguida, o Conselheiro
44 suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, afirmou
45 que as legendas geradas pelo aplicativo estavam em inglês, e que, quando tenta efetuar a
46 troca para português, é notificado de que a alteração de idioma só poderia ser realizada pelo
47 administrador da reunião; relatou sobre sua experiência na oficina realizada na Subprefeitura
48 Casa Verde e das que acompanhou pelo Youtube que, a seu ver, foram desastrosas, com
49 pessoas participantes sem entender o conteúdo e a razão da dinâmica e com a consequência
50 do objeto discutido; relatou que os técnicos da Prefeitura, inclusive funcionários da
51 SPURBANISMO, instruíram os presentes que não usassem o microfone se não fossem da
52 Prefeitura, de modo que os membros da sociedade civil que quisessem se comunicar tivessem
53 que gritar; informou que foram os CPMs e entidades que mobilizaram a população a participar
54 das oficinas, e que a Prefeitura somente transportou seus funcionários; afirmou que foi
55 excluído o momento de sua fala no Youtube por problemas técnicos; sugeriu que, como a
56 Prefeitura tem buscado se adequar aos meios para garantir acessibilidade, as oficinas fossem
57 refeitas. **8)** A Secretária Executiva afirmou que a presença de intérprete de libras já ocorria
58 anteriormente a abordagem do tema no contexto das audiências de revisão do PDE, e que no
59 material encaminhado nas convocações das reuniões há um manual ensinando como efetuar a
60 troca do idioma das legendas, pois seria uma operação que cada Conselheiro efetuariam
61 individualmente em seu aplicativo; informou que recebeu o e-mail solicitando auxílio do
62 Conselheiro titular do CPM da Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Ferreira, que foi
63 respondido mas não retornou, razão pela qual solicitou para aqueles que o conhecessem, que
64 entrassem em contato para que houvesse resposta. **9)** Sobre as falas, a técnica de SMUL, Sra.
65 Patricia Saran, reiterou a compreensão de que verificaria com a Assessoria Jurídica a
66 disponibilização do SEI; sobre o relato da divulgação da revisão do PDE, informou que a
67 divulgação estaria ocorrendo em diversos canais, inclusive nos pontos de ônibus, e que estão
68 abertos a sugestões de aprimoramento; sobre as datas com a suspensão do processo, afirmou
69 que estão aguardando a Câmara Municipal, mas que não poderia esperar que se encerre no
70 dia 31 de julho, o que demandaria que o cronograma fosse ajustado e repactuado após a
71 decisão, e revisto as reservas dos locais para retomar as atividades. Em complemento, o
72 Presidente suplente relatou que o Secretário estaria ciente da necessidade de adaptação ao
73 prazo da Câmara Municipal e em diálogo com a Casa Civil, para que, quando houver nova data,
74 seja disponibilizado o novo cronograma. **10)** A fala foi interrompida pela Conselheira titular do
75 CPM Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Filipini, que também indagou como seria feita a
76 divulgação a respeito da revisão do PDE pois, a seu ver, a forma seguida tem sido infrutífera.
77 Em resposta, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia Saran, afirmou se tratar de um processo que, em
78 sua curta duração inicial, já foi paralisado, mas por se tratar de um processo ao longo do

79 tempo, a população seria progressivamente informada de forma cumulativa. **11)** A fala foi
80 interrompida pela Conselheira titular do IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, que considerou
81 importante que, quando houver a nova data do processo participativo, haja uma publicação
82 imediata do CMPU para pactuar as novas datas. Em resposta, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia
83 Saran, afirmou que o formato e os intervalos entre as atividades é algo pré-estabelecido;
84 considerou importante que, quando houver a definição, seja encaminhada ao CMPU, mas que
85 a proposta poderia ser levada ao gabinete, apesar do método estar pactuado. Em
86 complemento, o Presidente suplente compreendeu que a solicitação foi para noticiar o CMPU
87 quando houver a deliberação jurídica, pois não será alterado o que se encontra pactuado. **12)**
88 Retomando, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia Saran, mostrou-se preocupada com o relato dos
89 eventos na Subprefeitura de Casa Verde, por compreender que o microfone é um instrumento
90 para facilitar o diálogo, mas que não há proibição na fala, pois o formato dos eventos é de
91 oficina e não de audiência pública; informou que foi elaborado um documento de avaliação
92 das oficinas, e os dados que foram recolhidos mostraram que os eventos foram bem
93 recebidos, apesar dos problemas apresentados na Casa Verde sobre gravação de áudio, e de
94 problemas de transmissão via streaming de outras oficinas, o que tem levado a repensarem a
95 eficiência no uso dessa forma de transmissão; por fim, ressaltou que a divulgação é uma
96 atividade realizada pelos Conselheiros, Secretarias, Subprefeituras, com apoio dos
97 Coordenadores de Governo e imprensa local, em um trabalho de multiplicação de divulgação
98 das informações. **13)** Retomando as falas, o Conselheiro titular do MST Leste 1, Sr. Edilson
99 Henrique Mineiro, a partir de sua leitura do processo que levou à suspensão da revisão do
100 plano, considerou que não se encerraria nos próximos dias, tendo em vista a manifestação
101 inconclusiva da Defensoria a partir dos documentos apresentados pela Prefeitura, que ainda
102 seria analisada pela juíza; também considerou importante que as reuniões do CMPU
103 retornassem ao formato presencial e que fosse definido um calendário com pautas
104 independentes ao processo de revisão do PDE, para que o Conselho pudesse continuar
105 funcionando enquanto estiver suspensa a tramitação da revisão do PDE, particularmente no
106 período anterior às eleições, em que tais questões são mais sensíveis. **14)** Em seguida, a
107 Conselheira titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, agradeceu o
108 encaminhamento dado a revisão do regimento interno; registrou como positivo o fato da
109 Prefeitura utilizar diferentes meios para divulgação da revisão do PDE, mas que lhe preocupou
110 a dificuldade que presenciou com a população mais simples em acessar e manusear a
111 plataforma digital; relatou ter acompanhado a última reunião do Comitê Intersecretarial de
112 Monitoramento e Avaliação da Implementação do PDE (CIMPDE), onde foi anunciado pela
113 Coordenadora de Planejamento Urbano (PLANURB) que muitas Secretarias não encaminharam
114 informações necessárias e obrigatórios para perfeito monitoramento do PDE, razão que a
115 levou indagar quais Secretarias não estão enviando e a justificativa para tal; se referindo a fala
116 anterior, considerou importante a pauta da revisão do PDE, mas ressaltou que a política
117 urbana ocorre a sua revelia, e indagou quais estudos fundamentaram a decisão de alteração
118 contida nos Decretos nº 61.402 e 61.403 de 2022, e como elas incidiram para atingir os
119 objetivos do PDE; destacou que, a seu ver, é função do Estado a busca por subsidiar moradia

para a população que não tem condições para acessá-la e indagou como serão buscadas até o prazo de vigência do PDE; realizou a leitura do V, Art. 325 do PDE e, com base nele, afirmou que encaminhou propostas de priorização do governo pelo CPM do Campo Limpo a moradia e a regularização fundiária, e indagou como será o procedimento de recepção destas propostas.

15) Na sequência, o Conselheiro titular da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE), Sr. José Antônio Chinelato Zagato, com base em seu relato na reunião do GT de elaboração de metodologia das oficinas, sugeriu que houvesse cautela com as palavras e seus significados, como o termo “pacto”; relatou que não tiveram respostas para as perguntas sobre o tempo dedicado para fala inicial, de roda de conversa, das apresentações, e as falas institucionais, dos participantes e devolutivas e, com isso, as oficinas poderiam ocorrer de forma variada; afirmou que a gravação desta reunião está gravada e disponível para ser acessada; lembrou que transferiu o texto do PDE para uma planilha, gerando 3232 linhas e, ao compará-lo ao diagnóstico elaborado e apresentado ao CMPU composto por 393 páginas, verificou que não constavam no diagnóstico todos os objetivos previstos para serem cumpridos até 2029, e que, quando tentou comunicar isso em audiência pois não havia correspondência com o exposto, teve sua apresentação derrubada com a justificativa de não ser permitido o compartilhamento de tela que não fosse apresentação institucional; indagou ao presidente do CMPU se parece adequado não autorizar o compartilhamento de texto legal visto que os Conselheiros do CMPU possuem o dever de avaliar o diagnóstico, elaborar sua própria análise e fazer questionamentos, mas que restou que ocorressem somente no momento da audiência pública, por meio de uma metodologia não pactuada; indagou sobre a pertinência de servidores públicos destinados a efetivar o processo de revisão proibirem que determinados trechos da Lei que não foram referenciadas no PDE não fossem expostos; ao fim, afirmou esperar que as perguntas trazidas desde o GT de metodologia fossem respondidas.

16) Em seguida, o Conselheiro titular do Instituto Inácio Monteiro, Sr. José André de Araújo, informou que no extrato das reuniões tem sido omitidas informações, particularmente de questões preliminares, e elaborá-lo de forma sintética segue de modo contrário ao espírito democrático; solicitou que fosse encaminhado aos demais membros do CMPU a minuta do regimento interno; mostrou-se contrário a realização de reunião presencial do CMPU, em virtude do Conselho Municipal de Habitação ter retomado suas atividades presenciais e há dias em que o agendamento dos dois colegiados ocorre no mesmo horário, que os Conselheiros atuam de forma voluntária e exercem outras atividades, e devido à restrição em razão da pandemia de Covid-19, propondo que as reuniões ocorressem em modelo híbrido; propôs a sistematização das contribuições das oficinas e afirmou que foi verificado que houve oficinas simultâneas, contrariando ao proposto no GT; relatou a falta de sinalização no evento do SESC e que não foi divulgada a metodologia, nem elaborada a cartilha sobre a metodologia das oficinas; relatou que em Santana houve atraso, o que desestimulou a participação e gerou tumulto ao encerramento; por fim, como não foram identificadas as propostas, indagou como seriam apuradas.

17) Na sequência, o Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, relatou que ninguém percebeu a divulgação da Prefeitura na região da Subprefeitura da Casa Verde; que recebeu

161 um cartão da Subprefeitura, e informou que ninguém acessa o site da Subprefeitura; observou
162 que na lista de presença da oficina conhecia todos os presentes, pois foram convocados pelas
163 entidades, a não ser por uma pessoa, que foi convocada pela Subprefeitura; que, a seu ver, a
164 Prefeitura deveria realizar uma ampla divulgação, pois é quem concentra os recursos para tal
165 finalidade e a atuação dos membros da sociedade civil tem alcance limitado; afirmou que tem
166 reduzido bruscamente a participação das pessoas no orçamento participativo, pois não há
167 divulgação ou sistema de discussão apropriado, por considerar complexa a plataforma virtual;
168 sobre trazer outras pautas, considerou que o CMPU deveria ter discutido o Projeto de Lei (PL)
169 que altera o Zoneamento, pois contraria o PDE o qual deveria estar submetido; relatou ser
170 membro do CIMPDE e em evento de cerca de um ano e meio atrás, trouxe-lhe a indagação da
171 razão que as Secretarias do Comitê ficariam surpresas com o recebimento de e-mail de
172 PLANURB pois, a seu ver, deveria haver um diálogo constante entre as instâncias, inclusive em
173 um processo que deveria ser automático, o que lhe fez indagar se o monitoramento estava de
174 fato acontecendo, e a fonte dos dados para a elaboração do diagnóstico. **18)** A Conselheira
175 titular do CPM Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Filipini, afirmou que iria se retirar da
176 reunião, mas que gostaria de ressaltar a necessidade de reforçar a divulgação, pois, a seu ver,
177 ninguém sabe o que é o PDE, e as Subprefeituras possuem condição para melhor divulgar e
178 envolver a população nas atividades, conscientizando-as sobre sua importância. **19)** Em
179 resposta às falas, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia Saran, considerou importante separar
180 divulgação de mobilização e envolvimento pois, caso o munícipe não se interesse sobre o
181 assunto, não irá querer se informar a respeito; considerou inviável realizar uma grande
182 chamada nas ruas, frente a abrangência do PDE e a dificuldade em abordá-lo; relatou sobre o
183 vídeo que foi elaborado e apresentado nas oficinas, que buscou expor o PDE de forma mais
184 palatável e disponibilizado na plataforma digital; achou importante sempre repensar e poder
185 ampliar e trazer os cidadãos a participação, mas foi identificado que o número de visualizações
186 tem aumentado diariamente e como se trata de um material que pode ser acessado a
187 qualquer momento, pode ser que o processo de divulgação não ocorra de forma pontual nos
188 eventos; informou que a dificuldade da plataforma Participe+ foi reportada a Secretaria de
189 Gestão (SEGES) para aprimoração; lembrou da reunião do GT, em que foi apresentada uma
190 proposta, mas que havia alguns pontos a ser pactuados, como o tempo, e que foi solicitado
191 maior tempo de discussão da população do que de falas institucionais; sobre as oficinas,
192 informou que não houve disponibilização de microfone para falas individuais, pois o momento
193 de oficina é de elaboração de propostas conjuntas, e que quem as endossa são os presentes,
194 apesar da possibilidade de proposta individual; ressaltou que a derrubada da tela decorreu por
195 conta do formato da reunião ser de audiência, ao invés de uma reunião de trabalho; afirmou
196 que a metodologia não foi imposta, mas proposta para receber contribuições; reafirmou que
197 houve problemas, e que estão se antecipando aos novos eventos por meio da realização de
198 vistorias nos locais futuros; ressaltou que a Secretaria não conseguiu acatar com todas as
199 propostas, como o pedido de que as reuniões fossem simultâneas, mas que sempre haverá
200 propostas mais aprimoradas, e que serão acatadas de acordo com a possibilidade. **20)** Em
201 complemento, o Presidente suplente ressaltou que a Pandemia não se encerrou e que os

servidores da Secretaria continuam sendo testados; considerou a possibilidade de reuniões híbridas, mas afirmou que seria necessária infraestrutura para tal, e que, por hora, seria de maior importância resguardar a saúde das pessoas; reforçou que a Prefeitura tem utilizado o máximo de formatos para divulgação, inclusive o uso do painel nos pontos de ônibus, perante a complexidade do PDE e que estão abertos para sugestões; informou que estava presente na oficina da Casa Verde e considerou que houve muitas contribuições dentro de sua dinâmica, que difere da dinâmica de audiência pública; sobre a metodologia, afirmou que quando o poder público fala em exposição do diagnóstico, não está falando na Prefeitura, mas em dados imparciais, que vieram do Monitoramento, e dizem objetivamente a respeito da concretização do PDE; a respeito da ativação do eixo de estruturação urbana, ressaltou estar prevista no PDE e, partir das informações que o Metrô ou a CPTM providenciarem; e reafirmou que houve muita contribuição efetiva nas oficinas. **21)** O Conselheiro suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, solicitou a fala para fazer um breve relato sobre ter conversado com o Presidente suplente na oficina e lembrou que no evento o mapa tinha erros, como uma área demarcada como área verde que continha equipamento público e conjuntos habitacionais, o que demonstrou como “complicação” das oficinas. **22)** Em seguida, a Secretária Executiva afirmou que o extrato contém o resumo breve da reunião e todo o conteúdo constaria na ata, e, como o extrato possui o prazo de 2 dias para ser elaborado e a Assessoria é responsável por outros colegiados com outras demandas, frente o tempo exíguo, consta no extrato somente o resumo e solicitações explícitas para que determinada fala seja registrada; ressaltou que as falas anunciadas como “questão de ordem” muitas vezes não se enquadram formalmente como tal e são solucionadas no ato da reunião sem que o presidente delibere, por tal razão, não são incluídas no extrato e que o mesmo pode ser retificado quando for solicitado, além de todo conteúdo da reunião estar disponível no canal do Youtube da SMUL; informou que a forma como ocorreram as votações consta nos documentos deliberados; informou que tem encaminhado o convite das reuniões do GT de revisão do regimento interno, mas se trata de um grupo menor, mais ágil e agradeceu o ato voluntário dos conselheiros em se disporem a trabalhar em conjunto. **23)** Na sequência, a Coordenadora PLANURB, Sra. Heliana Lombardi Artigiane, informou que na penúltima reunião do CIMPDE havia lembrado as competências aos membros antigos e novos; leu o inciso do art. 4 do Decreto nº 57.490/2016, e afirmou que havia alertado que fariam ajustes nos indicadores do monitoramento, bem como criariam novos indicadores, como forma de cumprir com as competências do Comitê; relatou que na última reunião foi dito que encaminharia aos membros o conteúdo produzido por PLANURB, para que pudessem trabalhar conjuntamente; informou que o trabalho do monitoramento do PDE é realizado de forma constante e periódica, com relatório produzido anualmente; informou que seria reenviado e-mail para as Secretarias que não encaminharam as informações, a todos os participantes do CIMPDE, para que os membros das Secretarias levantassem internamente em seus órgãos a razão do não envio dos dados; sobre os estudos, afirmou ser um trabalho contínuo das Secretarias que aplicam a Lei e, uma vez que há instrumento a ser regulamento após a promulgação do PDE, quando regulamentados e caso não atendam à finalidade, são elaborados estudos e revisões,

243 algo feito de forma sistemática e diária pela administração, como pode ser averiguado ao
244 visitar a Secretaria; informou que os mapas apresentados nas oficinas são os contidos na Lei, e
245 que as áreas verdes se tratam de área de proteção ambiental descrita na Lei, mas que seria
246 verificado se houve algum equívoco. Em resposta, o Conselheiro suplente do CPM da
247 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, afirmou que, caso o mapa
248 esteja correto, deverá ser realizada a reintegração de posse de prédios da COHAB e Governo
249 do Estado de São Paulo. Em tréplica, a Coordenadora de PLANURB considerou que qualquer
250 intervenção no território deve ter havido contato com a legislação da região, mas que talvez a
251 demarcação do PDE não se restrinja conforme o Conselheiro imagina.

252 **24)** Em seguida, a Conselheira titular do IAB-SP, Simone Ferreira Gatti, afirmou que todo
253 processo participativo pode ser ajustado, principalmente quando há uma interrupção, e
254 solicitou que, caso ocorra ajuste na metodologia das audiências e oficinas baseados nas
255 experiências prévias, explicitando o tempo permitido e a ordem das falas, que seja elaborado
256 um documento a ser encaminhado ao CMPU; reforçou a necessidade do CMPU em exercer sua
257 função de acompanhamento da política urbana do município, e sugeriu que sejam discutidos
258 os critérios para o acionamento dos eixos, qual o encaminhamento aos territórios
259 contemplados pelos Projetos de Intervenção Urbana que estão judicializados, e os planos de
260 urbanização das Zonas Especiais de Interesse Social; sugeriu que a reunião aborde tanto o
261 processo de revisão do PDE como outras pautas; informou que dia 7 de julho haverá uma
262 atividade da Bienal de Arquitetura de São Paulo, onde será debatida a fase do Plano de Bairro
263 do Jardim Pantanal, desenvolvido pelo IAB e Instituto Alana, contando com a presença da
264 SMUL, profissionais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e propôs que na
265 próxima reunião do CMPU esse tema seja abordado, uma vez que se trata de um instrumento
266 previsto pelo PDE e que tem incidência no território; ao fim, indagou se a Coordenadoria de
267 Participação atua somente sob o âmbito do PDE, ou em toda Secretaria, pois poderia auxiliar
268 na mediação da ampliação das pautas do CMPU. **25)** Na sequência, a Conselheira titular do
269 CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de Camargo Dalt, solicitou que fosse esclarecido se
270 haverá diversas etapas ou uma única etapa de revisão do PDE; lembrou que no ano anterior
271 foi apresentado um guia metodológico com o intuito de padronizar o funcionamento dos
272 processos participativos a toda Prefeitura; ressaltou que a Sociedade Civil dedica considerável
273 tempo para assimilar o material encaminhado, e não sente o mesmo empenho por parte do
274 Poder Público, que por vezes não acata as sugestões ou não justifica a razão do não
275 acolhimento; indagou quem realizou a avaliação das oficinas, se foram os participantes ou
276 funcionários da Prefeitura; relatou seu problema enfrentado no cadastro da plataforma
277 Participe+, que tentou encaminhá-lo a SEGES, ligou e não souberam informar quem era
278 responsável pelo canal, abriu um chamado na Ouvidoria, que não obteve resposta satisfatória
279 e que, ao fim, solucionou o problema apagando sua conta e criando uma nova; lembrou que
280 ano passado solicitou a inclusão de pauta e o técnico da SMUL, ligou-a e solicitou que a
281 discussão fosse adiada, mas nunca mais foi sugerida nova inclusão de pauta; afirmou que
282 segue as redes sociais da Secretaria e verificou que o Presidente da SPURBANISMO realizou
283 uma apresentação à Associação Comercial de São Paulo (ACSP) de um concurso para

284 requalificação do centro, pela Rede C40, e indagou a razão de não ter sido pautado no CMPU,
285 seguido da afirmação de que gostaria que fosse. **26)** Em seguida, a Conselheira suplente do
286 Instituto Inácio Monteiro, Sra. Marisete Aparecida de Souza, solicitou que fosse verificada a
287 razão de não constar na reunião, em que seu chat aparece “não faz mais parte da reunião”. Em
288 resposta, a Secretária Executiva afirmou que ela aparecia na reunião inclusive a opção de
289 solicitar a fala, mas os problemas que enfrentou provavelmente são decorrentes do próprio
290 aplicativo. **27)** Em resposta, Presidente suplente, considerou interessante a organização de um
291 conjunto de pautas para as próximas reuniões sobre como tem ocorrido a implantação da
292 política urbana na cidade; ressaltou que a busca por aprimorar a metodologia da revisão do
293 PDE é um trabalho constante e que a atual etapa é de diagnóstico e a próxima será de
294 propostas; relatou ter recebido elogios do diagnóstico elaborado por PLANURB, como isento e
295 tecnicamente eficiente. **28)** Em complemento, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia Saran,
296 confirmou sobre as etapas e descreveu que a primeira é composta das audiências e oficinas,
297 em busca de verificar os limites da revisão e as ações prioritárias, seguido da segunda etapa,
298 em que ocorre o levantamento de propostas da sociedade civil culminando na elaboração de
299 minuta de lei, e objeto de discussão na terceira etapa e, após enviá-la à Câmara Municipal,
300 iniciaria neste âmbito um novo processo participativo; destacou que a atual etapa é voltada a
301 destacar o que é o PDE e sua revisão, em que o conteúdo abordado é o mesmo, mas tratado
302 de formas distintas, e, apesar de não ser o momento, aqueles que já quiserem realizar
303 contribuições as terão acolhidas; afirmou ter visto um guia metodológico e que está sendo
304 elaborada a cartilha, a ser disponibilizada na internet, mas que poderá distribuí-la com mais
305 detalhes após finalizada; sobre a proposta de procedimento padrão da participação social na
306 Prefeitura, afirmou ser uma bandeira pessoal sua, mas que deveria servir como guia e não
307 como determinação, e destacou que o PDE avançou em relação a pauta participativa e está em
308 processo de aprimoração. **29)** Em complemento, o Presidente suplente afirmou que o
309 documento referido foi elaborado em 2016, mas não seguiu como normativa, somente
310 indicação de como organizar o processo participativo e que foi utilizado em 2021 como ponto
311 de partida para o método. Em resposta, a Conselheira titular do CPM da Macrorregião Centro,
312 Sra. Stela de Camargo Dalt, esclareceu que, no ano anterior, receberam 2 documentos: um
313 sintético e outro mais extenso, elaborado internamente para normatizar processo
314 participativo; com base neles, foi elaborada outra proposta para orientar revisão do PDE,
315 inclusive com a sugestão de orientação das oficinas, e foi informado que tal material seria
316 utilizado como guia para o processo; com o informe de que estaria sendo elaborada uma nova
317 cartilha, solicitou que a metodologia fosse discutida com o CMPU, em cumprimento a sua
318 função. Em resposta, a técnica de SMUL, Sra. Patrícia Saran, afirmou que, após ter ingressado
319 para conduzir o processo participativo, foi realizada esta discussão; ressaltou que ainda não
320 foram discutidas as metodologias para as etapas dois e três, mas os objetivos foram
321 formulados e pactuados com o Ministério Público, em documento que teve acesso; sobre a
322 avaliação, afirmou que foi feita pelos participantes por meio da distribuição de folheto de
323 avaliação e que, ao final, seria organizado um documento completo com todos os resultados a
324 serem publicizados; sobre cadastro na plataforma Participe+, afirmou que receberam

325 questionamentos e reportaram a SEGES, e solicitou que fosse encaminhada resposta da
326 Ouvidoria para que possam reforçar a necessidade de aprimoramento; ao fim, informou que
327 atualmente está designada somente como responsável pela participação do Processo de
328 Revisão do PDE. **30)** Em seguida, o Conselheiro titular da CICLOCIDADE, Sr. José Antônio
329 Chinelato Zagato, relembrou que nas votações sobre a metodologia do CMPU, o Setor
330 Empresarial e o Poder Público votaram de um mesmo modo, e a sociedade civil não
331 empresarial votou de outro, ou seja, não houve pacto, mas uma votação em que parcela teve
332 maioria; considerou prejudicial do ponto de vista democrático chamar de “pacto”, por trazer a
333 impressão de que houve consenso entre todos os presentes, e notou que as pessoas têm
334 utilizado os termos ao modo como lhes interessa; indagou qual o número SEI em que consta o
335 protocolo dos Conselheiros sobre a revisão do PDE e em que poderiam protocolar novamente
336 outras dúvidas, pois não obteve resposta até o momento; sobre a forma como os documentos
337 tem sido apresentados como “sucesso”, afirmou ter lhe parecido contrastante, pois algumas
338 informações foram selecionadas pela Prefeitura em detrimento de outras e, quando um
339 Conselheiro propõe pautar algum tema não apresentado, é muitas vezes censurado; encerrou
340 dizendo estar exercendo o seu direito democrático, pois não está sendo seguido o sentido
341 etimológico das palavras e solicitou, novamente, o número do processo SEI. **31)** Na sequência,
342 o Conselheiro titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT), Sr. Mauro Sérgio
343 Calliari, relatou a dificuldade em expor o funcionamento das reuniões do CMPU que participou
344 e o que está sendo discutido sobre a cidade, apesar do período em que foi conselheiro ter
345 coincidido com a revisão do PDE; considerou que o tipo de pauta em que se são discutidas as
346 ideias, com sugestões, sem que sejam sistematizadas, é um mal uso do tempo; indagou quem
347 define as pautas do CMPU e quem está pensando sua dinâmica interna; sugeriu que poderia
348 ter ocorrido uma reunião prévia para coletar as sugestões em vez de seguir como ocorreu na
349 presente reunião, em que as colocações são respondidas individualmente, inclusive de forma
350 repetida sobre o mesmo assunto; afirmou que estava na apresentação realizada na ASCP e no
351 momento pensou que seria um ótimo tema para ser abordado no CMPU; relatou que no CMTT
352 há um grupo executivo responsável por definir suas pautas e imaginou que o mesmo deveria
353 existir no CMPU; afirmou que raramente as pessoas fazem reuniões de 4 horas sem intervalos,
354 e observou que o tempo de fala nunca é respeitado, de modo que sugeriu que alguém
355 organize a reunião e faça cumprir com o acordado; ao fim, anotou como encaminhamentos da
356 reunião: como melhorar as audiências e oficinas da revisão do PDE, a definição de pautas a
357 serem tratadas futuramente no CMPU e que a organização da reunião do CMPU busque ser
358 mais eficiente em sua condução. **32)** Em seguida, a Conselheira titular do CPM da
359 Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, solicitou que fosse respondida sua pergunta
360 acerca do email que encaminhou, em atendimento ao artigo 325 do PDE, e sua dúvida sobre a
361 ativação das Zona de Estruturação da Transformação Urbana e seu vínculo com os objetivos do
362 PDE; relatou que tem observado nos noticiários que a verticalização que tem ocorrido de
363 maneira divergente ao estabelecido pelo PDE; que, a seu ver, se o Poder Público tem o poder
364 de ativar seus objetivos por meio de Decreto, poderia fazer cumprir sem ficar à deriva do
365 mercado, apesar deste ter sua função e pagar a outorga onerosa; indagou como se tem

366 buscado resolver o problema da moradia e que estudos tem sido feitos e quais são os
367 parâmetros utilizados na elaboração dos decretos de ativação. **33)** Em resposta, o Presidente
368 suplente ressaltou que não é necessário averiguar na mídia a crítica ao adensamento dos
369 eixos, pois o próprio diagnóstico apresentado por PLANURB traz dados detalhados a respeito
370 de como o processo ocorreu; afirmou que todas as ações do Poder Público estão conforme a
371 Lei, e está sinalizado no diagnóstico do PDE sobre faixa de renda, cota parte, cota de
372 solidariedade, dentre outros, e que as oficinas e audiências estão buscando o que é possível
373 ser aprimorado no PDE; afirmou que a Secretaria Executiva do CMPU define a pauta da
374 reunião e, devido a extensão do processo de revisão do PDE, as discussões se alongaram,
375 juntamente a necessidade de responder os questionamentos que se apresentaram; se
376 prontificou a auxiliar a elaboração das pautas do CMPU e considerou a necessidade de
377 aproveitar as reuniões, uma vez que ocorrem de forma bimestral. **34)** Em complemento, a
378 Secretária Executiva confirmou a fala do Presidente suplente sobre a pauta e anunciou que
379 encaminharia ao Gabinete a listagem de pautas; sobre o prazo de fala, relatou que em
380 diferentes períodos houveram atitudes distintas sobre a delimitação temporal de cada fala,
381 mas que o Decreto e o regimento, em revisão, estabelecem o limite de até 5 minutos mas,
382 caso ultrapassado, a fala não é interrompida no meio de um raciocínio e é apenas anunciado
383 que ultrapassou o limite; relatou que a Secretaria Executiva do CMPU dispõe de SEI de
384 histórico das reuniões do CMPU, que foi atualizado com os materiais encaminhados, um do
385 PDE, um do GT, e outro das entidades do CMPU, e que seriam disponibilizados no chat;
386 afirmou, ao fim, que, caso haja algum SEI sobre ofício específico, buscaria levantá-lo, mas são
387 os listados os mais atualizados, e que buscou complementá-los pois se tratam de processo
388 documental de histórico das reuniões. **35)** O Presidente Suplente agradeceu a participação do
389 colegiado e encerrou a reunião às 16h53min.

Entidades/Membros Ausentes: Poder Público: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo; Subprefeitura – Macrorregião Norte 1; Subprefeitura – Macrorregião Oeste; Subprefeitura – Macrorregião Sul 1 / Subprefeitura – Macrorregião Sul 2 / **Sociedade Civil:** Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Norte 1; Movimento de Moradia (2); Movimento de Moradia (3); Movimento de Moradia (4); Setor Empresarial (2); Entidades Sindicais; Movimentos Ambientistas (1); Movimentos Ambientistas (2); Movimentos Culturais; Entidades Religiosas; Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES; Conselho Municipal de Habitação – CMH / **Órgãos Estaduais e Intermunicipais:** Secretaria do Estado de Habitação; Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (1); / Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo (CIGABC); Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste de São Paulo (CONISUD); Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia Alto Juqueri (CIMBAJU); Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE); Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

MARCOS DUQUE GADELHO
PRESIDENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA

SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (1)

VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA
TITULAR

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (2)

ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA

MARIA LUCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

SONIA FRANCINE GASPAR MARMO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

JULIA DA MOTTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE (2)

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

RENATO ASTORINO
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE (1)

DANILO ANTÃO FERNANDES
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE (2)

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE (2)

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE (1)

ELODIA FÁTIMA FILLIPINI
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE (2)

ADEMILSON FERREIRA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (1)

DURVAL TABACH
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (2)

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (1)

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
TITULAR

MARISETE APARECIDA DE SOUZA
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (2)

JULIANA MILANESI MENNA BARRETO PREVEDEL
Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (3)

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA
Associação Ambiental e Habitacional João de Barro
TITULAR

VERÔNICA KROLL

Associação Ambiental e Habitacional João de Barro

SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (4)

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI

Associação de Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (1)

MARCIO JEHA CHÉDE

Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis

Residenciais e Comerciais de São Paulo

TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO

Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (3)

LUCIANA LINS NASCIMENTO

Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo.

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (4)

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT

Associação Comercial de São Paulo

TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

SUPLENTE

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

MARGARETH MATIKO UEMURA

Instituto Pólis

TITULAR

ENTIDADES PROFISSIONAIS

SIMONE FERREIRA GATTI

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO

Universidade Presbiteriana Mackenzie

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (2)

NABIL GEORGES BONDUKI
Universidade de São Paulo
TITULAR

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo
TITULAR

JULIANA TRENTO
Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

MAURO SÉRGIO CALLIARI
TITULAR

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

MARCIA RENATA ITANI
TITULAR

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR